



**NIEP  
MARX**

Núcleo Interdisciplinar de Estudos e  
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

## Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 30/09/2013 a 04/10/2013

TÍTULO DO TRABALHO			
<b>Formação do aparelho econômico do Estado capitalista brasileiro e capital-imperialismo (1930-1950): uma proposta teórica e de análise marxista</b>			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
<b>Thiago Reis Marques Ribeiro</b>	Universidade Federal Fluminense	UFF	Doutorando
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
O artigo tem como intenção expor uma proposta de interpretação sobre o desenvolvimento capitalista brasileiro associado com o imperialismo norte-americano e suas influências na formação do aparelho econômico do Estado capitalista brasileiro a partir da década de 1930 e da Segunda Guerra Mundial e na correlação de forças entre as classes dominantes.			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Desenvolvimentismo; imperialismo; funções econômicas do Estado			
ABSTRACT			
The article has as intention show a proposal of interpretation about de brazilian capitalist development associated with north-american imperialism and its influences on the formation of the economic apparatus of the brazilian capitalist State from the 1930's decade and the Second World War and on the force correlation between the rulling classes.			
KEYWORDS			
Developmentism; imperialism; State economic functions			
EIXO TEMÁTICO			
Marx, o marxismo e o Estado			

*Formação do aparelho econômico do Estado capitalista brasileiro e capital-imperialismo (1930-1950): uma proposta teórica e de análise marxista*

THIAGO REIS MARQUES RIBEIRO\*

1.

O nosso trabalho tem como objetivo abordar a problemática da autonomia relativa do Estado no período 1930-1950 (com ênfase até o fim do Estado Novo) focando nas principais *agências econômicas* da sociedade política de então (o *aparelho econômico do Estado* em formação) e na sua *articulação dependente* com as principais potências imperialistas – especialmente os Estados Unidos. As linhas que se seguem buscam sob a forma de ensaio, ao invés de fazer uma abordagem monográfica sobre alguma recorte temático muito específico, fazer algumas considerações em torno do processo de desenvolvimento capitalista brasileiro neste período, que contou com a ação cada vez mais marcante das agências econômicas do Estado, no contexto da correlação de forças internas (entre as diversas frações e classes) e externas (entre as diferentes nações imperialistas) – atentando para os aspectos de autonomia relativa que apresentam o aparato do Estado capitalista brasileiro em formação. Tendo em perspectiva referências teóricas de Marx, Gramsci, Poulantzas, entre outros, e de algumas de suas categorias – como *taxa geral de lucro*, *capital portador de juros*, *expropriações*, *Estado ampliado*, *classes sociais* e *aparelho econômico do Estado* –, procuraremos abordar as determinações do imperialismo norte-americano e de suas características em transição (em direção daquilo que, como propõe Virgínia Fontes, entendemos como *capital-imperialismo*) no processo de construção e transformação do capitalismo brasileiro entre 1930 e 1950 – o que perpassa o início processo de *associação* entre capitais privados brasileiro e estrangeiros como via de desenvolvimento capitalista.<sup>1</sup>

Entendemos que essas considerações encontram a sua relevância enquanto proposta de entendimento da formação de um projeto de desenvolvimento capitalista mediado por essas agências econômicas em um momento de forte centralização de decisões no Executivo, o que não impediu que parcelas da classe dominante, especialmente o empresariado industrial, ampliasse o seu poder econômico e de pressão política por meio de suas agências; assim, por mais que o regime, de forma mais marcante com o Estado Novo, se apresentasse como estando “acima das classes”, dado seu caráter *bonapartista* e repressivo sobre os movimentos populares, o empresariado industrial conseguiu deslocar a correlação de forças a seu favor sob o regime ditatorial, por mais que *não*

---

\* Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF) e Bolsista CNPq.

1 Dados do objetivo deste trabalho, não realizaremos uma exposição destas categorias e suas determinações; mencionamos, apenas, para explicitar a partir de que enfoque buscamos abordar o problema.

tenha se tornado a fração hegemônica da classe dominante. Dada as características contra-revolucionárias e repressivas da longa revolução burguesa brasileira<sup>2</sup> – contemporânea do imperialismo e da revolução socialista –, cremos que o período crescentemente ditatorial desde 1935 (com a aplicação da lei de Segurança Nacional), premido de um lado de pelas forças populares e por outro pelas forças imperialistas (Alemanha e Estados Unidos), é relevante para a compreensão do posterior desenvolvimento capitalista associado e da agressividade da ascensão do poder burguês no Brasil – que entre essas forças, procurou se aliar ao imperialismo em detrimento das forças populares.

## 2.

Os anos 1930-1945 formam um período de importante inflexão na construção do capitalismo brasileiro, proporcionando transformações que deram a tônica, de forma mais direta, do desenvolvimento capitalista brasileiro até aproximadamente o início da década 1950. De acordo com a conhecida conceituação de Celso Furtado, este período assiste à passagem do *eixo dinâmico da economia* do setor agroexportador para o urbano-industrial.<sup>3</sup> Mais que um advento circunscrito ao mundo econômico, este fato é, dialeticamente, *pressuposto e resultado* da alteração na correlação de forças entre as classes e frações da sociedade brasileira de então. Apesar desta passagem ter sido desencadeada pelo “choque de demanda”, expressão da crise capitalista internacional que se torna explícita a partir de 1929, este choque é apenas *condição* para esta mudança, não sendo *suficiente* para levar a cabo as transformações em favor do setor urbano-industrial.<sup>4</sup> Como salienta Marx, apesar das crises serem elementos *estruturais* do desenvolvimento capitalista – agindo de forma saneadora sobre o capital excedente que não encontra valorização (plethora de capital) –, promovendo prejuízos, descapitalizações, expropriações intra-capitalistas, etc., a determinação sobre qual fração recairá de forma mais incisiva estes prejuízos é dado pelo *poder e astúcia* daqueles que enfrentam tais situações críticas.<sup>5</sup> Portanto, a reconfiguração da *correlação de forças políticas*, expressando-se, de forma mediada, no Estado tomando medidas no sentido de direcionar a acumulação em favor do setor urbano-industrial, é variável “endógena” do desenvolvimento

---

2 FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5. ed. 4. reimpressão. São Paulo: Globo, 2010.

3 FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 31. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2002.

4 OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista; O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003, pp. 50-51.

5 “Enquanto vai tudo bem, a concorrência, como se verificou na equalização da taxa geral de lucro, age como irmandade prática da classe capitalista, de forma que esta se reparte coletivamente na proporção da grandeza do que cada um empenhou, o despojo coletivo. Quando já não se trata de repartição do lucro, mas do prejuízo, cada um procura diminuir tanto quanto possível seu quantum do mesmo e empurrá-lo ao outro. O prejuízo é inevitável para a classe. Quanto, porém, cada um tem de suportar, até que ponto ele tem de acabar participando dele, torna-se uma questão de *poder e astúcia*, transformando-se então a concorrência numa luta entre irmãos inimigos”. MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política. Volume III, Tomo I: o processo global da produção capitalista*. São Paulo: Abril Cultural, 1984, p. 191, grifo nosso.

capitalista.

O *mercado interno* passa a responder pela maior parte da realização da produção brasileira, seja da produção agrícola voltada para o consumo interno, seja da produção industrial, que entre 1933 e 1939 cresceu a uma taxa média anual de 11,2%, sendo o setor que mais contribuiu para a manutenção do crescimento econômico da década de 1930.<sup>6</sup> Apesar de a partir de perspectivas variadas, já muito se salientou na historiografia o papel do *Estado* – entendido *stricto sensu*, ou seja, enquanto *sociedade política*<sup>7</sup> – para as transformações econômicas ocorridas nos anos 1930. Destacamos apenas que, entendemos ser mais adequado tomar Estado como *condensação material da correlação de forças entre as classes sociais e suas frações*<sup>8</sup>, estando, portanto, sensível à constante dinâmica da *luta de classes*, ao invés de uma instância descolada do restante da sociedade. Esse destaque se justifica pelo fato de que grande parte da historiografia sobre este período que se debruça sobre o desenvolvimento capitalista, ao tratar do papel do Estado, se atém à problemática da *performance* e da *natureza* da política econômica: se a ação estatal estimulou ou inibiu a performance econômica do período e se a natureza da política econômica era *ortodoxa* ou *heterodoxa* (ou *desenvolvimentista*).<sup>9</sup> Diferente deste enfoque, a problemática central que buscaremos desenvolver ao tratar deste período está ligada ao *conteúdo* da política econômica e a que *classes e frações* respondem; como sublinha Francisco de Oliveira, trata-se de observar a *quem interessa* esta ou aquela política econômica adotada.

Apesar do poder de cada classe e fração (em profundo processo de formação e transformação neste período) expressar-se, entre outras formas, pela mediação do Estado, isto não significa que as ações deste último constituíram-se de forma monolítica e estática durante este período; as próprias aparentes incongruências, contradições e hesitações nas políticas adotadas pelo Estado capitalista brasileiro em *transição*<sup>10</sup> (como no comércio exterior, no estímulo à indústria, na política monetária, cambial, creditícia e fiscal) atestam o processo de redefinição na correlação de forças na sociedade brasileira de então, o que promove a expressão do poder de Estado de forma *relativamente autonomizada*. A própria indefinição de alguma fração da classe dominante enquanto

---

6 VILLELA, Annibal; SUZIGAN, Wilson. *Política do governo e crescimento da economia brasileira: 1989-1945*. 2. ed.. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1975, p. 161 *et seqs.*

7 Partimos daqui do conceito de *Estado ampliado*, em que se toma em conjunto a *sociedade civil* (entendida enquanto o conjunto dos aparelhos privados de hegemonia) e a *sociedade política* (entendida enquanto o Estado *stricto sensu*) de forma articulada, conceito baseado nas reflexões de Antonio Gramsci. GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere, volume 3*: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

8 POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

9 OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 29 *et seqs.*; MENDONÇA, Sônia Regina de. “Economia e política na historiografia brasileira”. In: *Antropolítica*. Niterói: Eduff n.º. 7, 1999.

10 DRAIBE, Sônia. *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas de industrialização no Brasil, 1930-1960*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

cumpridora de uma *função hegemônica intra-classe dominante*<sup>11</sup> faz com que a própria dominação do *conjunto da classe dominante* sobre o restante da sociedade se expresse a partir de um Estado cujos traços de autonomização sejam bem mais marcantes que outrora, *i. e.*, a partir de um *regime político bonapartista*.<sup>12</sup> Esta indefinição, que leva o Executivo a concentrar uma grande quantidade de poder e aja de forma arbitral, não significa que esta correlação de forças seja estática; na verdade, trata-se de um *equilíbrio dinâmico*, com avanço e recuos por parte de cada uma das frações – o que expressa os próprios níveis quantitativos, de organização, de consciência e militares de cada uma delas.<sup>13</sup>

No que diz respeito às frações *industriais* das classes dominantes, estas passaram por transformações ao longo de todo o período, especialmente a partir de seu crescente peso no conjunto das atividades econômicas de então. Porém, a própria associatividade industrial passava por importante redefinição da década de 1930, seja para adequar-se a nova legislação sindical corporativa (que passou a vigorar a partir de 1931), seja para dar conta dos novos problemas que decorriam da nova situação econômica e política deste período. Sendo assim, é importante sublinhar que, dado o processo de redefinição da associatividade industrial deste período, é recorrente as hesitações, incongruências e contradições observáveis nas posições e defesas assumidas pelos industriais. A nova geração de lideranças deste período – como Roberto Simonsen e Euvaldo Lodi – iniciam um processo de aglutinação dos diversos grupos industriais em torno de uma pauta em comum em torno de um conjunto estratégico de assuntos, envolvendo temas como a *proteção à indústria nacional*, o *planejamento econômico*, à *participação do Estado em setores da produção*, ao *capital estrangeiro*, entre outras questões. Apesar de ser observável um crescente poder político do empresariado industrial, é apenas a partir da Segunda Guerra Mundial e a intensa experiência em termos de gestão e planejamento econômicos no interior das mais diversas agências estatais criadas neste período e através de transações com técnicos, militares e empresários estrangeiros (especialmente norte-americanos) – além da própria necessidade de dar respostas a nova configuração mundial a emergir ao fim da guerra – que levou ao empresariado industrial coesionar-se de forma mais clara em torno de pontos básicos de um projeto de desenvolvimento econômico

---

11 Sobre este assunto cf.: GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere, volume 5: O Risorgimento*. Notas sobre a história da Itália. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011 (caderno 19); BIANCHI, Alvaro. *O laboratório de Gramsci*. São Paulo: Alameda, 2008, p. 253 *et seqs*

12 MARX, Karl. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011. DEMIER, Felipe. “O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964): autonomização relativa do Estado, populismo, historiografia e movimento operário”. (Tese de Doutorado). Niterói: PPGH-UFF, 2012. Este último autor entende que, com o Estado Novo, a burguesia industrial cumpriria função hegemônica entre as frações dominantes. O nosso entendimento é que esta função hegemônica só se torna mais marcante – e mesmo assim com importantes limites – a partir dos anos finais da Segunda Guerra (em que a fração industrial obteve poder crescente no interior do Estado) e nos anos posteriores.

13 GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere, volume 3...*, *op. cit.*, p. 36 *et seqs.* (§17).

nacional.<sup>14</sup>

Por fim cabe destacar a crescente pressão política exercida pelas *massas urbanas*, especialmente os trabalhadores assalariados e algumas camadas intermediárias – como funcionários públicos, trabalhadores autônomos, militares de baixa e média patentes, etc. Desde finais da Primeira Guerra Mundial, ocorre uma importante mudança *quantitativa e qualitativa* na composição da população urbana, com a forte redução das levas migratórias estrangeiras – que desde fins do século XIX era um dos principais fatores de crescimento da população brasileira como um todo – e a intensificação da migração das zonas rurais para as cidades, especialmente do interior de Minas Gerais e do Nordeste para as grandes cidades da região Sudeste. Este processo se deu de forma bem concentracionista, já que, apesar de ter diminuído o número de cidades com mais de 20 mil habitantes entre 1920 e 1940, a expansão da população da urbana como um todo recebeu forte impulso.<sup>15</sup> Além destes dados, cabe destacar que também do ponto de vista da luta, da experiência, da consciência e da associatividade, o período que vai do final da Primeira Guerra até meados da década de 1930 é de ascenso e transformações importantes no conjunto da classe trabalhadora e das massas urbanas; greves, formações de associações e grupos políticos, luta por direitos, etc., fez com que não mais se pudesse negligenciar a classe trabalhadora enquanto ator político relevante – seja no cálculo político entre as diferentes frações dominantes, seja para cooptar lideranças, para reprimir de forma crua ou para buscar algum tipo de apoio moral (por mais que os aspectos coercitivos ainda prevaleçam). Exemplo disso é que a própria iminência da reelaboração de políticas sociais e trabalhistas após a queda da Primeira República em um momento em que existiam importantes sindicatos fazendo pressão política por suas posições, foi mais um fator levado em conta pelos industriais para redefinir suas formas associativas e fazer valer seus interesses particulares. Neste sentido, buscaram em um primeiro momento se adequar ao modelo corporativo de associação – aproveitando-se da nova legislação para poder defender posições junto ao governo –, e posteriormente, lutar para que as formas de associação patronal (por empresas) fosse diferenciada das associações dos trabalhadores (por ocupação) – o que teve como principal efeito a liberdade de associação privada seletiva, *i. e.*, apenas para as associações patronais.<sup>16</sup>

Como se percebe, o regime político que surge do golpe de 1930 subsiste em um ambiente em que diversos interesses organizados e conflitantes se encontram em disputa, o que leva a que nenhum das frações dominantes tenham clara preponderância no regime, resultando no caráter

---

14 LEOPOLDI, Maria Antonieta P. *Política e interesses na industrialização brasileira: As associações industriais, política econômica e Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, pp. 74-90.

15 VILLELA e SUZIGAN, *op. cit.*, p. 233 *et seqs* (“Apêndice B – Aspectos Demográficos”).

16 Neste sentido, os industriais foram os que tiveram a iniciativa junto a outras frações – como as associações comerciais – de buscar o apoio na luta junto ao governo pela liberdade de associação privada. A vitória nesta questão permitiu a consolidação da estrutura dual de representação dos industriais nos anos posteriores: uma associação privada com a mesma direção da associação oficial, cujo maior exemplo é a FIESP-CIESP. Sobre este tema, cf. LEOPOLDI, *op. cit.*

bonapartista e relativamente autônomo do Estado capitalista neste período, por mais que (e exatamente por isso) busque inscrever os mais diferentes interesses (mesmo que de forma seletiva, excluindo as classes subalternas) em suas agências. Articulado a esses fatores, deve-se ter em conta que, dada as crescentes funções econômicas assumidas pelo Estado capitalista brasileiro em formação naquele período – o que se expressa na imensa quantidade de agências econômicas estatais criadas – e que tais funções levariam a que os antigos automatismos a que esteve sujeito a economia brasileira fossem quebrados (automatismos que levavam à reiteração da condição agroexportadora) no sentido da redefinição do esquema de acumulação em favor do setor urbano-industrial<sup>17</sup>, o *comportamento do Estado assumiria uma autonomia relativa também nas suas funções econômicas*. Dado o crescimento industrial que toma força no período e as necessidades da ação estatal para que este mantenha-se e se intensifique no futuro, assiste-se a uma especialização e diversificação no conjunto dos setores da economia brasileira, levando a que ocorra processos de autonomizações funcionais em certas etapas da reprodução de capital.

Sendo o Estado chamado a cumprir com algumas dessas funções no esquema de reprodução de capital (especialmente no que tange à intermediação financeira e cambial, além de algumas atividades produtivas que demanda vultosos investimentos de capital), o comportamento do Estado assume uma certa autonomia relativa também por que estas esferas da reprodução do capital crescentemente assumidas pelo Estado também tendem, com o desenvolvimento capitalista, a se autonomizar (seja em capitais especializados nas intermediações financeiras e comerciais, seja em capitais especializados em certos ramos produtivos).<sup>18</sup> O caráter desigual e combinado<sup>19</sup> do desenvolvimento capitalista brasileiro faz com que estas etapas do desenvolvimento capitalista, que implicam em um progressivo grau de especialização e divisão social de tarefas entre as diversas funções da reprodução do capital (e portanto, de autonomização), sejam assumidas de forma mais marcante pelo Estado, antes que os próprios capitalistas locais tenham condições tecnológicas e financeiras para tanto. É neste contexto que os industriais brasileiros crescentemente assumiriam a possibilidade do envolvimento do capital estatal e estrangeiro na economia exatamente naqueles setores em que suas possibilidades financeiras e tecnológicas fossem aquém das demandadas para a expansão da economia como um todo – especialmente nas indústrias de bens de capital, de transportes e de energia.

Em meio a este intenso conflito entre as classes e frações brasileiras e de transformações profundas no esquema de acumulação de capital é que o *imperialismo norte-americano* foi buscar redefinir as suas formas de atuação e subordinação da economia e da sociedade brasileira. Sob a

---

17 OLIVEIRA, *op. cit.*

18 MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política. Volume III, Tomo I...*, *op. cit.*, p. 201 *et seqs* (Seção IV).

19 TROTSKY, Leon. *História da Revolução Russa*. São Paulo: Sundermann, 2007.

crescente pressão do imperialismo alemão na disputa pela supremacia sobre o capitalismo brasileiro e sob as novas determinações da correlação de forças sociais então vigentes na sociedade brasileira – expressando-se, como dissemos, na autonomia relativa do Estado brasileiro –, a partir de meados da década de 1930 (especialmente a partir de 1935, através do Acordo Comercial Brasil-Estados Unidos) inicia-se uma importante inflexão na ação política do imperialismo norte-americano sobre a sociedade capitalista brasileira de então que marcaria de forma profunda o esquema de poder entre as classes e frações sociais da sociedade e o desenvolvimento capitalista.

### 3.

1935 marca uma importante inflexão no regime e no grau de clareza da necessidade de implementar uma política de industrialização. Do ponto de vista do regime, este é o ano da criação da Lei de Segurança Nacional, *aprovada no Congresso*, que recrudesceu os aspectos repressivos do regime como uma forma de combater o avanço das forças políticas dos trabalhadores e das massas populares urbanas, cuja expressão maior se dava através do crescente prestígio angariado pela *Aliança Nacional Libertadora* fundada neste mesmo ano. Portanto, após este momento, especialmente depois da tentativa de setores da ANL realizar uma sublevação armada já sob a vigência da Lei de Segurança Nacional e com esta na ilegalidade (cuja atividade maior foi em Natal, Recife e no Rio de Janeiro), o regime caminhou de forma cada vez mais acelerada para uma configuração abertamente ditatorial. Já no que diz respeito à política industrial, desde a criação do *Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE)* em 1934 e a partir dos primeiros resultados de seus trabalhos, a linha do governo em favor de uma política de industrialização assume formas cada vez mais concretas (por mais que ainda em um processo de definição e chocando-se ainda com outros interesses), com a proliferação ainda maior de agências econômicas estatais nos anos posteriores. Além disso, com a discussão em torno da reforma tarifária de 1934 – momento em que as lideranças intelectuais dos industriais agiram de maneira enérgica para garantir o efeito protecionista sobre a indústria –, a questão sobre como e qual setor da economia se deveria privilegiar naqueles anos ficou ainda mais explícita. Os resultados do crescimento industrial que vinha tomando fôlego desde 1933 e a própria movimentação das grandes potências imperialistas no sentido de expandir as suas áreas de influência comercial e política, deixam claras as vulnerabilidades e dependências da economia brasileira em relação a essas potências, mas também a possibilidade e necessidade de redefinições em termos de política econômica para manter e expandir o crescimento industrial que acabara de se dinamizar.<sup>20</sup> A assinatura do *Acordo Comercial*

---

20 CORSI, Francisco Luiz. “O projeto de desenvolvimento de Vargas, a Missão Oswaldo Aranha e os rumos da economia brasileira”. In: BASTOS, Pedro Paulo Z.; FONSECA, Pedro Cezar Dutra (orgs.) *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Editora da Unesp, 2012.

*Brasil-Estados Unidos* e os primeiros *ajustes comerciais de compensação* com a Alemanha, ambas em 1935, deixam claros os *limites*, fundamentados em sua inserção dependente no mercado mundial, mas também as *pressões* possíveis de serem exercidas na determinação dos rumos do desenvolvimento capitalista brasileiro no sentido da industrialização.

A conjugação destes determinantes, a ascensão das disputas inter-imperialistas entre Estados Unidos e Alemanha sobre o Brasil e a escalada repressiva sobre os movimentos de massa urbanos, é fundamental para entender a posterior proliferação dos órgãos econômicos do Estado, já que, mesmo que de forma seletiva, estas agências mantiveram as portas abertas para uma série de intelectuais da classe dominante, especialmente os industriais, pelo menos nas agências econômicas da sociedade política. Se por um lado os aspectos mais autoritário do regime – explícitos a partir do *Estado Novo* – denotam uma autonomia relativa deste Estado, por outro, novos canais foram desenvolvidos para manter a difusão dos interesses das classes dominantes nestas novas agências, o que deixa claro que esta autonomia é sempre relativa.

A realização de um acordo comercial com o Brasil era objetivo do governo Roosevelt desde seu início, em 1933. Apesar deste governo ter sido marcado por medidas “não-ortodoxas” em termos de política econômica – dado o importante papel dos gastos públicos e do envolvimento do Estado no mundo econômico como forma de combater a Grande Depressão – o *New Deal*, no que diz respeito à política econômica exterior, teve como linha dominante o *liberalismo*, pelo menos no que tange ao *princípio da nação mais favorecida*, fórmula diplomática comercial que determina que os termos dos acordos fixados entre duas nações devem ser estendidos a todas as outras nações com as quais ambas têm acordos comerciais. Neste sentido, o acordo proposto pelos Estados Unidos ao Brasil em 1935 já tinha sido firmado em termos semelhante com mais 32 países.<sup>21</sup> Associada a esta linha liberal estava o que ficou conhecido como *Política da Boa Vizinhança*, o que fazia que se buscasse diminuir, naquela conjuntura, os elementos mais explicitamente coercitivos no tratamento da política exterior. Afinal, já era possível perceber a crescente tensão internacional e a necessidade de organizar *sistemas de poder* para manter garantida as suas posições;<sup>22</sup> nações potencialmente aliadas nesses sistemas de poder – e os Estados Unidos encaravam o Brasil como peça fundamental nessa construção – podiam receber um tratamento mais tolerante em favor de um arranjo geopolítico mais favorável. Mas de início, os termos do Acordo de 1935 pareceram muito desiguais.

Através deste Acordo, os Estados Unidos se comprometeriam a *manter* as facilidades de colocação das mercadorias brasileiras no mercado norte-americano em troca da *redução* das tarifas brasileiras para a entrada dos produtos norte-americanos – o que já demonstra a profunda

---

21 HILTON, Stanley. *O Brasil e as grandes potências: 1930-1939, os aspectos políticos da rivalidade comercial*; trad. de Carlos Nelson Coutinho e Stanley E. Hilton. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977; MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

22 MOURA, *op. cit.*

*desigualdade* nos termos deste Acordo. Por outro lado, cerca de 95% das mercadorias brasileiras entravam no mercado norte-americano com isenção tarifária, o que levantava o temor entre os exportadores brasileiros (principalmente de café) que a não assinatura deste Acordo resultasse em represálias contra os produtos brasileiros. Portanto, estes setores da classe dominante agrária – assim como boa parte das frações envolvidas nas atividades de importação e exportação – posicionavam-se de forma favorável ao Acordo. Por outro lado, os industriais que tinham obtido uma importante vitória no ano anterior com a aprovação de um novo esquema tarifário, ficaram muito apreensivos com o Acordo, pois temiam a forte concorrência que os produtos industrializados norte-americanos exerceriam sobre a indústria local.

A intensa campanha desencadeada pelos industriais contra a aprovação do Acordo – tanto no parlamento quanto em manifestações públicas e meios de comunicação – ajudou prolongar o período do seu debate no Congresso e de sua ratificação. O próprio Euvaldo Lodi, liderança dos industriais na *Confederação Nacional da Indústria* e Vice-Presidente do Congresso como deputado classista foi procurar diretamente a diplomacia norte-americana, dizendo que, apesar de ser favorável às tratativas comerciais entre o Brasil e os Estados Unidos de forma geral, não poderia votar a favor da ratificação do Acordo nos termos em que estavam expressos, dados os danos que causariam à indústria doméstica; ainda acrescentou que, da forma como estava, o Acordo dificilmente seria aprovado.<sup>23</sup> Apesar destes protestos de Lodi, que expressavam a posição de grande parte dos industriais brasileiros, o Acordo foi ratificado pelo Congresso – após fortes pressões exercidas pelo Executivo sobre os deputados para que este fosse aprovado. A aparente contradição do governo Vargas – apoiando a indústria em 1934 com as novas tarifas e a desfavorecendo em 1935 com o Acordo (mas de acordo com os anseios dos exportadores de café) – expressa, na verdade, a contradição entre os interesses de diferentes segmentos da classe dominante que encontram guarida no interior do aparato estatal daquele período.

No âmbito deste Acordo, também estava envolvido a disponibilização de empréstimos pelo *Export-Import Bank of Washington (Eximbank)* para desbloquear atrasados comerciais que se acumulavam, por causa de mais uma das crônicas crises cambiais pela qual passou a economia brasileira durante o século.<sup>24</sup> Nesta ocasião também tocou-se no assunto da criação de um *Banco Central* pelo Brasil, como forma de evitar novos choques cambiais no futuro, sendo, inclusive, disponibilizados créditos do mesmo Eximbank para a sua criação. Apesar disso, nada de conclusivo neste aspecto foi decidido, já que apenas quase três décadas depois seria criado o *Banco Central do Brasil*; esta recomendação pelas autoridades norte-americanas no sentido da formação de um Banco

---

23 UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE. *Foreign relations of the United States diplomatic papers, 1935. The American Republics* (Volume IV). Washington: U.S. Government Printing Office, 1953, pp. 301-303.

24 TRUNDLE JR., Sidney A. “The Export-Import Bank of Washington: its origins, operations and relationships with other governmental agencies (1934-1950)”. New York: Rutgers University, 1950.

Central foram recorrentes nos anos posteriores.

Já as tratativas comerciais com o imperialismo alemão se davam através do chamado *comércio de compensação*, modalidade de intercâmbio bilateral em que os saldos comerciais de um país só poderiam ser usados para a importar mercadorias do outro país – economizando divisas na realização dos pagamentos das trocas comerciais. Os saldos das exportações brasileiras para a Alemanha ficavam depositados em uma conta especial em uma moeda chamada *Aski*, mais conhecida como *marcos de compensação*. Através desses ajustes comerciais, os alemães se comprometiam em adquirir uma determinada cota de produtos brasileiros que não encontravam colocação fácil no mercado norte-americano; além de café, os alemães comprometiam-se com a aquisição de algodão, cacau, couros, babaçu, entre outros produtos. Esta modalidade de comércio permitiu à Alemanha tornar-se o segundo país em volume de trocas comerciais, suplantando a Inglaterra e chegando a ficar pouco atrás dos Estados Unidos.<sup>25</sup> Não procurando negligenciar os interesses dos exportadores de mercadorias para os alemães, nem as vantagens decorrentes deste tipo de comércio possível sem divisas, o governo Vargas manteve este tipo de praxe comercial em paralelo com aquelas sob os auspícios do Acordo Comercial Brasil-Estados Unidos (a despeito dos constantes protestos manifestados pelos norte-americanos). Além disso, este tipo de comércio viabilizaria a aquisição de material bélico com a Alemanha, o que era de grande interesse em grande parte do alto oficialato do Exército, já que, além da Alemanha se mostrar mais preparada para atender a demanda por equipamento militar requerido pelos militares brasileiros, havia uma preferência no interior do Exército pelo armamento de fabricação alemã. Os Estados Unidos, naquele momento, não tinham condições de atender a demanda por armas dos brasileiros, tendo, inclusive, que intermediar a liberação de embarcações interceptadas pelos ingleses carregadas com armas alemãs importadas pelos brasileiros.<sup>26</sup> Só em um momento posterior, durante o conflito mundial, os Estados Unidos puderam suprir, e mesmo de forma incompleta, as necessidades apontadas pelos militares de equipamento de guerra.

A coexistência das duas formas de comércio até o início da Segunda Guerra (quando o bloqueio naval britânico inviabilizou a manutenção das atividades comerciais entre os dois países) é mais um exemplo dos diversos interesses que o governo Vargas procurava atender, por mais que as ações nesse sentido sejam aparentemente contraditória. Portanto, aquilo que Gerson Moura chamou de *equidistância pramática*, ou seja, a linha diplomática adotada pelo Brasil até o final da década de 1930 e que consistia em manter os laços com ambos os países a despeito de suas intensas disputas, pode ser entendido como uma expressão, no nível das relações internacionais, das disputas entre as diversas frações da classe dominante brasileira cujos interesses, naquela conjuntura, dividiam-se

---

25 HILTON, *op. cit.*; MALAN *et al.*, *op. cit.*

26 MOURA, *op. cit.*

entre uma e outra potência imperialista.<sup>27</sup>

Enquanto perdurou esta equidistância pragmática havia espaço para a construção de um discurso e de um projeto com traços mais fortemente nacionalistas – o que foi ainda mais acentuado a partir da golpe que instaurou o Estado Novo e a nova Carta Constitucional. Alguns pontos da nova Constituição previam a progressiva nacionalização de uma série de setores da economia, como as jazidas minerais, as quedas d'água, outras fontes de energia, os bancos, as companhias de seguros, entre outras áreas.<sup>28</sup> Portanto, o não-alinhamento exclusivo com um dos dois sistemas internacionais de poder em construção – ou, sob outro ponto de vista, a tentativa de se alinhar aos dois – criava uma brecha no meio das disputas entre as duas potências para os intentos mais nacionalistas do governo brasileiro de então. Vargas chegou até, em alguns de seus discursos, caracterizar abertamente as tensões crescentes entre Estados Unidos e Alemanha como sendo conflitos *inter-imperialistas* e que, portanto, o Brasil não teria interesse e não deveria tomar parte em nenhum dos lados naquele momento. De acordo com Vargas, em pronunciamento de 1938, o “[...] imperialismo do Brasil consiste em ampliar suas fronteiras econômicas e integrar em um sistema coerente em que a circulação de riquezas e utilidades se faça livre e rapidamente, baseada em meios de transporte eficientes que aniquilem as forças desintegradoras da nacionalidade”.<sup>29</sup> Portanto, se havia algum “imperialismo” ao qual o Brasil deveria se alinhar era ao seu próprio. Desta forma, os tons nacionalistas dos discursos e do projeto de desenvolvimento então esboçado por Vargas devem ser entendido levando em conta, além dos determinantes econômicos e políticos internos, a conjuntura internacional que permitia a tão destacada pela historiografia “barganha” de Vargas com os Estados Unidos e a Alemanha, além das próprias pretensões políticas e econômicas na América do Sul – o que recorrentemente foi fonte de tensões, especialmente, com a Argentina.<sup>30</sup>

Com o início do conflito aberto em 1939, a equidistância até então cultivada pelo governo se quebra e progressivamente o Brasil caminha para o alinhamento com o bloco dos Aliados, afastando-se de vez do Eixo. Portanto, nesta nova conjuntura em que ficou cada vez mais claro para o Brasil a inevitabilidade de sair da posição de neutralidade, os intelectuais do governo tiveram que adaptar os projetos de desenvolvimento econômico e de proeminência na América do Sul à esfera de influência norte-americana, promovendo o prelúdio do processo de associação entre *desenvolvimentismo e imperialismo*.

#### 4.

---

27 *Ibid.*; BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil (Dois séculos de história)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, pp. 240-306; HILTON, *op. cit.*

28 CORSI, *op. cit.*, p. 233.

29 VARGAS *apud* CORSI, *op. cit.*, pp. 233-234. Também cf. FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

30 HILTON, *op. cit.*, pp. 28-78.

A linha política dominante durante o governo Vargas buscou sustentar a neutralidade até ao ponto em que possível fosse assim que o conflito mundial se iniciou na Europa. Porém, com o avançar do conflito na Europa, redundando em restrições à manutenção do intercâmbio comercial com a Alemanha – somadas às crescentes pressões internas e externas para que o Brasil se posicionasse a favor dos Aliados –, o Brasil foi preparando a sua entrada na órbita geopolítica dos Estados Unidos. A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados teve impactos nas mais diversas esferas da realidade histórica de então; as Forças Armadas, o regime político do Estado Novo e o Estado brasileiro, a economia capitalista até a cultura sofreram transformações oriundas daquela conjuntura de guerra.

Dos últimos anos de contatos comerciais com a Alemanha até a entrada do Brasil na guerra, ainda foram possíveis importantes lances na barganha com os Estados Unidos. No que diz respeito à questão siderúrgica, autoridades brasileiras mantiveram tratativas com as alemães para a implantação da grande siderurgia no país. Neste sentido, as autoridades alemãs levantaram a disponibilidade da empresa *Krupp* instalar uma grande siderúrgica aqui – e isto depois da norte-americana *US Steel* desistir da intenção de instalar plantas industriais deste tipo no país. Neste contexto, inclusive, cresceram as animosidades entre Oswaldo Aranha (favorável à aproximação com os Estados Unidos) e o embaixador alemão no Brasil Carl Ritter – especialmente quando este estava prestes a apresentar a proposta de instalação da siderúrgica pela *Krupp*. Estas animosidades culminam com a declaração de Ritter *persona non grata* pela diplomacia brasileira. Este episódio forçou o governo norte-americano a reconsiderar a sua posição em torno do problema siderúrgico brasileiro, o que mostra que estes últimos anos de relações com a Alemanha foram importantes para os ganhos que o governo brasileiro viria a ter em sua barganha com o imperialismo norte-americano quando de seu definitivo alinhamento.<sup>31</sup>

Outro momento significativo foi quando das negociações com a Alemanha para aquisição de armamentos, o que era um elemento sensível, pois além de existir a preferência do Exército brasileiro pelo armamento de fabricação alemã e os Estados Unidos naquele momento não ter capacidade de fornecer armas para o Brasil (como mencionado), existia o ostensivo conhecimento da simpatia de parte considerável do alto oficialato do Exército aos regimes do Eixo (como Eurico Dutra e Góes Monteiro); inclusive, com alguns sendo frequentadores assíduos do *Clube Germânia*, no Flamengo.<sup>32</sup> Frente a este quadro, a busca pelo alinhamento do Brasil pelos Estados Unidos teve

---

31 BANDEIRA, *op. cit.*; MOURA, *op. cit.* Marcelo de Paiva Abreu sustenta que era impossível para a Alemanha instalar a siderúrgica no Brasil por causa de seu comprometimento com a guerra e que isso muito provavelmente era de conhecimento das autoridades brasileiras. De acordo com este autor, os *objetivos políticos dos Estados Unidos* com o se aproximar da guerra teriam feitos os Estados Unidos aceitar a proposta siderúrgica do Brasil. ABREU, Marcelo de Paiva. “O Brasil e a economia mundial (1929-1945)”. In: FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira, tomo III, volume 4*. São Paulo: Difel, 1984, p. 44.

32 BANDEIRA, *op. cit.*, pp. 275-283.

que levar em consideração estes interesses (importantes em qualquer regime, ainda mais em ditaduras) e efetuar algumas concessões – como, rompendo com a praxe de décadas da *Doutrina Monroe*, realizar operações militares em conjunto com outra nação do continente – fornecendo, neste contexto, os equipamentos militares demandados pelos comandantes do Exército.<sup>33</sup>

Os partidários à aproximação com os Estados Unidos, especialmente na figura de Oswaldo Aranha, intensificaram as suas gestões no sentido da concretização desta aproximação. Em 1939 é enviada a Washington a chamada *Missão Aranha*, que tinha por objetivo tratar de assuntos econômicos e políticos entre ambos os países. A orientação da presidência era para que Aranha não se comprometesse em retomar o pagamento da dívida externa – suspensa desde o início do Estado Novo. Porém as pressões do governo norte-americano para que o Brasil reiniciasse o pagamento da dívida para que os outros pontos do Acordo fossem acertados (como os créditos de até US\$ 50 milhões do Eximbank que estariam disponíveis para investimentos no desenvolvimento do Brasil desde de que fossem apresentados projetos concretos), fizeram com que Aranha, *desrespeitasse* as instruções de Vargas em não se comprometer com a retomada do pagamento da dívida, já que o acordado nessa ocasião foi que no dia 1º de julho os pagamentos fossem retomados.<sup>34</sup> Este episódio abalou a posição de Aranha no governo, apesar de Vargas não tê-lo destituído. Quando do retorno de Aranha ao Brasil, ficou decidido que o Brasil efetuará um pagamento simbólico naquela data e que buscaria renegociar o grosso da dívida externa posteriormente (o que foi feito de forma provisória em janeiro de 1940). Nesta ocasião houve também a transferência de parte das operações de câmbio para o mercado – outra exigência dos norte-americanos.

A menção a esta Missão Aranha é importante pois ela marca o início da negociação dos créditos que possibilitaram a construção da CSN – apesar de naquele período ter sido encarada como um fracasso, sendo imediatamente disponibilizados apenas cerca de US\$19 milhões e para pagar atrasados comerciais. Com o acordo provisório realizado em janeiro de 1940 para o pagamento da dívida externa, foram daqueles US\$50 milhões anteriormente mencionados que foram pleiteados os recursos para a siderúrgica brasileira. Como se sabe, apenas após as declarações de Vargas à bordo do *Minas Gerais* (em 1941) os pedidos de créditos do Brasil para a CSN foram de fato atendidos; mas, na documentação do Eximbank, a data de aprovação do empréstimo para a CSN está como sendo 19 de junho de 1940<sup>35</sup>, o que demonstra que os acordos estabelecidos na Missão Aranha tiveram também sua relevância para a concessão dos empréstimos pelo Eximbank e foram em sua base que os créditos para a CSN foram liberados.

---

33 O que não excluiu, de toda forma, a existência de conflitos na realização concreta da cooperação militar, especialmente na operação da base aérea de Natal. *Ibid.*

34 CORSI, *op. cit.*, 248.

35 EXPORT-IMPORT BANK OF WASHINGTON. *First Semiannual Report to Congress for the period july-december 1945*. Washington, 1946, p. 42.

A evolução do conflito mundial, com a ocupação do centro europeu pelas tropas alemãs, já anunciava que em breve a guerra envolveria também o continente americano, por causa, entre outras coisas, das possessões coloniais dos países invadidos no continente, como a Guiana Francesa. Assim, as preocupações na defesa do continente cresceram cada vez mais, fazendo com que governo norte-americano procurasse acordos de defesa mútua com outros países do continente, o que se tornou de capital importância após o ataque japonês a Pearl Harbor e a entrada dos Estados Unidos na guerra. Após às sempre mencionadas “dúbias” declarações de Vargas à bordo do *Minas Gerais* (em que dava a entender as suas simpatias pelos “regimes fortes”), os termos da participação do Brasil no conflito começaram a definir-se – o que envolvia o compromisso na concessão de bases aéreas no Nordeste e no fornecimento de materiais estratégicos aos Aliados (como parte do esforço econômico de guerra) por parte do Brasil e, por parte dos Estados Unidos, o apoio financeiro e tecnológico na construção da siderúrgica de Volta Redonda e às pretensões geopolíticas do Brasil na América do Sul. Assim, em janeiro de 1942, após crescentes manifestações em favor da entrada do Brasil na guerra, o Brasil declara guerra ao Eixo na Conferência dos Chanceleres no Rio de Janeiro.

A entrada do país na guerra levaria a um deslocamento na correlação de forças internas, já que, como dissemos, existia parcela expressiva no interior do governo, especialmente entre os militares, que tendiam para o Eixo. Além disso, as manifestações públicas em favor dos Aliados mobilizaram um volume considerável das massas urbanas, inclusive dos estudantes organizados pela UNE – que chegou a ocupar o prédio que então abrigava o *Clube Germânia*, recebendo a solidariedade, inclusive, de Nelson Rockefeller, que na ocasião doou uma vitrola aos estudantes como forma de saudação.<sup>36</sup> Algumas militantes comunistas, da prisão, enviaram mensagem de saudação à Vargas pela declaração de guerra ao lado dos Aliados. As manifestações pró-Aliados passaram a tomar cada vez mais a forma de manifestações em favor da redemocratização do país, o que contribuía para criar a expectativa de que o regime e o esquema de poder em breve passaria por redefinições. Assim, tanto opositores ao regime, quanto o próprio Vargas e seus aliados passaram a preparar-se para as mudanças em curso – o que, no caso desses últimos, passava pela adoção de medidas que visavam obter o apoio das massa trabalhadoras urbanas, especialmente através da elaboração da *Consolidação das Leis de Trabalho* e de outras políticas trabalhista. Essas medidas trabalhistas devem ser tomada levando em consideração as mudanças políticas que em breve tomariam lugar.

No que tange à economia capitalista, a guerra implicou em fortes impactos sob os mais diversos ponto de vista. A perda de parte considerável dos mercados para as anteriores exportações brasileiras foi um desses impactos. Por outro lado, por causa dos acordos em que se comprometia

---

36 BANDEIRA, *op. cit.*, p. 287.

em fornecer materiais estratégicos para os Aliados e também por causa da exportações para colônias dos países beligerantes – como industrializados têxteis para a União Sul-Africana, colônia inglesa –, o Brasil conseguiu acumular saldos comerciais; afinal, dado o giro para os esforços de guerra dos antigos países exportadores de industrializados para o Brasil e a escassez de praça marítima para efetuar as importações, a economia brasileira pouco pode usar tais divisas em importações durante a guerra. Além disso, o Brasil acordou com a Inglaterra (através do *Acordo de Pagamentos Anglo-Brasileiro*, em 1940) que os saldos comerciais com este país ficariam depositados em uma conta especial no Banco da Inglaterra e ficariam bloqueados por tempo indeterminado, até que outros países na zona da libra pudessem suprir mercadorias a serem pagas com estes saldos em libras. Portanto, estes saldos eram em *moedas inconversíveis* e, portanto, não tinha comando real sobre recursos imediatamente – o que provocaria importantes efeitos após a Segunda Guerra.

Os Estados Unidos durante a guerra aprofundaram ainda mais a sua posição como principal comprador e vendedor para o Brasil. Esta situação foi acompanhada da já mencionada *liberalização relativa* do acesso ao câmbio, sob força dos acordos firmados quando da Missão Aranha e em 1940 – o que também estabeleceu o retorno do pagamento da dívida externa. Porém, por causa do acúmulo dos saldos em virtude da exportação dos materiais estratégicos e dos preços e cotas favoráveis com que os Estados Unidos se comprometeram pagar em alguns produtos brasileiros (especialmente café), o Brasil conseguiu efetuar os pagamentos da dívida externa sem muitos percalços – se comparado com períodos anteriores. Além disso, os empréstimos realizados pelo Eximbank neste período para a construção da CSN, da Companhia Vale do Rio Doce, para a aquisição de material bélico através do esquema de *lend-lease*, etc., proporcionaram, pelo menos naquela conjuntura, um certo alívio no balanço de pagamentos (alívio esse que se reverteria logo após a guerra e com o retorno das importações).

Como dito anteriormente, um dos papéis do Brasil no esforço de guerra era o de fornecer materiais estratégico para as nações aliadas; apesar das dificuldades das construções estatísticas para este período de guerra, algumas séries estimam que não menos de 60% das exportações brasileiras foram realizadas mediante esses acordos,<sup>37</sup> o que aponta para o fato de que, dado o abalo geral no comércio internacional, fatores geopolíticos e administrativos foram de importância maior para a configuração das trocas internacionais durante este período do que forças de mercado – o que mostra que a ultrapassagem das exportações brasileiras dos níveis pré-1929 não se deu em função de automáticos mecanismos de mercado. Um outro fator relevante é o aumento, especialmente a partir de 1943, do investimento direto norte-americano na economia brasileira. Durante a década de 1930, este processo se dá muito mais através da aquisição de empreendimentos de outros países

---

37 MALAN *et al.*, p. 132.

(portanto, através de um processo de *centralização* de capitais) do que a partir de novos investimentos, que é a forma principal de ampliação desses investimentos durante os anos finais da guerra. Podemos creditar esta ampliação ao atendimento do governo brasileiro à reivindicação norte-americana de disponibilizar cambiais para a remessa de lucros – o que foi estabelecido a partir da relativa liberalização cambial, à impossibilidade de efetuar investimentos em boa parte dos países europeus no meio do conflito e também para atender os contingentes militares operando no Brasil neste momento – o que é o caso, por exemplo, da chegada da *Coca-Cola* primeiramente em Natal para atender os militares lá instalados.

Outro aspecto econômico importante do período de participação do Brasil na Segunda Guerra foram as *nacionalizações*. Primeiramente foram nacionalizadas as empresas sob propriedade de países do Eixo – o que se dava em um contexto de coerção às atividades culturais e linguísticas das colônias de descendentes de italianos, alemães e japoneses. Os serviços de transporte aéreo de empresas italianas e alemãs – como a *Condor*<sup>38</sup> e a *Lati* – foram um dos primeiros setores a passar por esse processo, apesar de algumas firmas norte-americanas terem sido beneficiadas nesse momento com o deslocamento das concorrentes européias e adquirindo uma parte do equipamento dessas empresas, como a *Panair*.<sup>39</sup> Porém, tais nacionalizações também ocorreram sobre algumas propriedades de países Aliados, especialmente da Inglaterra. O caso mais emblemático foi a da *Itabira Iron Ore* e da *Estrada de Ferro Vitória-Minas*. Desde a aprovação dos dispositivos constitucionais que vedavam a exploração do subsolo à estrangeiros, que a questão desta firma vinha sendo discutida. Através da intermediação dos Estados Unidos, esta firma foi adquirida pelo Brasil – a preços bem vantajosos para os ingleses – e incorporada ao patrimônio da então criada *Companhia Vale do Rio Doce*. Para estas e outras aquisições – como estradas de ferro – realizadas durante e após a Segunda Guerra, as divisas bloqueadas no Banco da Inglaterra, por causa dos acordos já mencionados, foram utilizadas.

O impacto da Segunda Guerra sobre a indústria brasileira foi de grande relevância, não apenas do ponto de vista quantitativo do desempenho do setor industrial, mas também do ponto de vista político e organizacional do empresariado industrial durante este período, especialmente no interior das diversas agências econômicas estatais criadas durante o conflito e também daquelas criadas anteriormente e que tiveram seus poderes redefinidos e ampliados; a experiência e a inserção do empresariado industrial no interior dessas agências foi fundamental para que pudessem privilegiar o desenvolvimento industrial no conjunto das medidas tomadas pelo Estado além de proporcionar uma visão de conjunto da economia brasileira e internacional a este empresariado.

---

38 Que veio dar origem à VARIG.

39 TOTA, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. 2. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 80; BANDEIRA, *op. cit.*, p. 282.

Apesar das restrições à importação existente durante a guerra, as indústrias conseguiram a partir de 1943 manter um acesso relativamente constante à algumas matérias-primas e bens de capital essenciais ao seu funcionamento – sofrendo menos, portanto, com o racionamento de importações vigente durante este período. A partir de sua inserção em algumas agências criadas durante este período – como a *Carteira de Exportação e Importação* do Banco do Brasil (CEXIM) criada em 1941 e da *Coordenação de Mobilização Econômica (CME)*, criada em 1942 – o empresariado conseguiu estabelecer as suas demandas por importações em um grau de essencialidade privilegiado, permitindo que os efeitos da guerra sobre o setor industrial não fossem mais danosos. Assim, depois de um período inicial de maior impacto sobre a produção industrial (de 1939 à 1942, quando a indústria cresceu a uma taxa aproximada de 3% ao ano), de 1943 à 1945 a indústria cresceu a pouco mais de 9% ao ano – portanto, não muito abaixo da média percebida nos anos de grande impulso nesse crescimento na década anterior (cerca de 11% entre 1933 e 1939).<sup>40</sup>

O período da guerra aprofundou ainda mais a tendência à proliferação de agências estatais ligadas às funções econômicas, redefinindo a sua inserção no mundo econômico. Além da ampliação das incumbências dos já existentes *Conselho Federal de Comércio Exterior*, do *Conselho Técnico de Economia Finanças*, e da *Carteira de Crédito Agrícola e Industrial* do Banco do Brasil<sup>41</sup>, foram criados durante o conflito mundial a já mencionada *Carteira de Exportação e Importação* do Banco do Brasil (em 1941), a *Coordenação de Mobilização Econômica* (em 1942), a *Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial* (em 1944) e a *Comissão de Planejamento Econômico* (em 1945). Apesar do período emergencial ter dado ensejo à criação dessas agências, aprofundando ainda mais a o papel do Estado no processo de acumulação capitalista, tais possibilitaram alocar ainda mais os diversos interesses das frações dominantes diretamente no interior do aparelho de Estado – com todas as contradições, incongruências e sobreposições de funções que tal arranjo *bonapartista* de poder implica.

A Carteira de Exportação e Importação (CEXIM) foi criada para realizar as operações de câmbio que, naquela conjuntura de conflagração bélica, necessitavam de maior controle por diversas razões: além da desorganização esperada no mercado de divisas por conta do conflito, havia o temor de que parte dessas divisas pudessem ser usadas para realizar importações que pudessem cair nas mãos das nações do Eixo de alguma forma. Portanto, a liberação das divisas para importação – apesar de estar sujeito a um mercado relativamente mais liberalizado de câmbio<sup>42</sup> –, estava sujeita a essa fiscalização. Outra importante característica da CEXIM durante os anos de

---

40 ABREU, *op. cit.*, p. 40 *et seqs*; MALAN *et al.*, *op. cit.*, p. 265 *et seqs*.

41 A partir de 1940, a maioria das operações de crédito efetuadas por essa carteira passaram a atender ao setor industrial. *Ibid.*, p. 242 *et seqs*.

42 Relativamente pois uma parte considerável das divisas ainda ficavam retidas com o governo para efetuar os seus pagamentos, outra parte ia para o mercado livre e a outra parte ficava no mercado livre especial, em que a taxa era menos favorável. Por essa última parte é que se realizavam as remessas de lucro e transferências de capital.

guerra, tornando praticamente redundante a liberalização do mercado de câmbio, era operar as prioridades elencadas para importações de acordo com a capacidade produtiva e com a praça marítima disponível dos *Estados Unidos*; ou seja, a política de efetuar controle seletivo das importações era, do ponto de vista norte-americano, *seleção de suas exportações*, ou seja, de acordo com as suas prioridades e disponibilidades naquela conjuntura de guerra. Este ponto é importante pois os industriais buscaram também progressivamente este mecanismo seletivo de câmbio em favor de seus investimentos. Dado que *naquela conjuntura* o interesse norte-americano era diminuir a quantidade de exportações não-essenciais para o Brasil e facilitar os meios para que fosse fabricado no próprio país certos artigos industrializados – o que liberaria capacidade produtiva e praça marítima para o esforço de guerra –, os industriais brasileiros inseridos em outras agências do governo puderam tirar proveito daquele momento para efetuar as importações necessárias para a expansão de suas atividades obtendo da CEXIM as divisas para importar. Cremos que a experiência destes anos de guerra na operação de uma política cambial seletiva de importações por critérios de essencialidade, formaram um importante acúmulo para amadurecer a o uso deste instrumento como forma de favorecer a produção industrial – especialmente após a crise cambial de 1947<sup>43</sup> e de 1952<sup>44</sup>.

A Coordenação de Mobilização Econômica foi a agência criada para promover o esforço de guerra brasileiro, dispondo de um poder de centralização de decisões e de incisão sobre a economia até então inéditos. A Coordenação tinha o poder de tabelar o preço de uma série de produtos, elencar prioridades nas importações, efetuar o controle e a fiscalização das exportações e dos transportes, tomar as medidas necessárias para estimular setores econômicos considerados estratégicos, efetuar a política de nacionalizações, além de, no limite, efetuar requisições de produtos julgados de essencialidade crítica para o esforço de guerra. De acordo com Sônia Draibe, a Coordenação procedeu “[...] à mais exorbitante concentração de poder em mãos do Estado, alargando-se muito o âmbito de sua ação intervencionista”.<sup>45</sup> Após o fim da guerra, alguns de seus departamentos são absorvidos por outras agências estatais. Os intelectuais industriais e outras figuras que tiveram estiveram no interior da Coordenação tiveram, sem dúvida, um panorama privilegiado da situação econômica (através de dados estatísticos, projetos estatais, etc.) e dos prováveis rumos da economia brasileira. Apesar dos fortes poderes econômicos exercidos pelo Executivo durante os anos de guerra através de suas agências – como a Coordenação –, os representantes de alguns setores da classe dominante, especialmente os industriais, não deixaram de

---

43 LESSA, Carlos; FIORI, José Luis. “E houve uma política econômica nacional-populista?”. *In: Revista FEE*. Porto Alegre: volume 12, n.º1, 1991.

44 VIANNA, Sérgio Besserman. “A política econômica do segundo governo Vargas (1951-1954)”. Dissertação (Mestrado em Economia). Rio de Janeiro: PUC, 1987.

45 DRAIBE, *op.cit.*, p. 112.

ter lugar no aparelho estatal. Este período, segundo Maria Antonieta Leopoldi, teria sido o de maior colaboração entre os industriais e o Estado Novo, tendo CIESP-FIESP direta colaboração e participação na CME, apoiando, inclusive com infra-estrutura logística e administrativa, a operação do esquema de coordenação econômica de guerra.<sup>46</sup> Assim, apesar de nesses anos de guerra as características da atuação estatal assumir formas cada vez mais autônomas, especialmente os industriais souberam deslocar a correlação de forças políticas a seu favor no que tange à essas agências econômicas do Estado. Apesar de um *relativo* giro liberal dado pelo governo Dutra – cujos limites logo se apresentaram com a crise cambial de 1947<sup>47</sup> – nos anos posteriores, os industriais puderam manter, na ossatura material do Estado, importantes trincheiras a favorecer os seus interesses. Importante destacar que em 1944 é realizado o 1º Congresso Nacional de Economia e em 1945 o 1º Congresso Nacional das Classes Produtoras (CONCLAP), o que demonstra, no mínimo, a *busca* por parte do empresariado industrial neste período de exercer uma *função hegemônica* sobre outras frações da classe dominante na transição para a “normalidade” do regime democrático.

Cabe, por fim, assinalar a criação nesses anos da *Comissão Nacional de Política Industrial e Comércio (CNPIC)* e o *Comissão de Planejamento Econômico (CPE)*; enquanto no CNPIC a atuação e destaque de Roberto Simonsen era crescente – defendendo a sua visão de planejamento econômico e defesa da indústria –, o CPE foi criado por Vargas no sentido de também poder acomodar outros interesses e visões econômicas sobre o assunto – nesse caso, o famoso liberal carioca Eugênio Gudin. A formação dessas duas agências durante o período final da guerra – em que questões ligadas ao futuro econômico brasileiro depois da guerra presidiam os trabalhos – com interesses díspares – como os de Simonsen e Gudin – mostra como o regime bonapartista de Vargas em pleno momento de crise ainda se esforçava em atender os diferentes interesses das frações dominantes, por mais contraditórios entre si que fossem.

Ao lados dessas agências estatais ligadas ao controle e à regulação da produção econômica criadas durante o início da década de 1940, cabe mencionar aquelas agências ligadas diretamente à esfera da produção, como a *Companhia Siderúrgica Nacional* e a *Companhia Vale do Rio Doce*. A forma que assumiu a criação da CSN e da CVRD se deve, em parte, ao contexto da Segunda Guerra Mundial; a necessidade de obter o apoio ativo do Brasil no conflito fez com que as autoridades norte-americanas e especialmente as inglesas aceitassem a solução nacionalista e estatal para ambos os projetos econômicos. No caso dos Estados Unidos, a disposição em obter o apoio do Brasil passava também pelo aparelhamento econômico, como se dizia à época, tanto para fins políticos (dobrando aqueles setores renitentes em alinhar-se com os Estados Unidos) quanto para fins econômico-militares, já que a economia brasileira deveria relativizar a sua dependência de

---

46 LEOPOLDI, *op. cit.*, pp. 178-179.

47 LESSA e FIORI, *op. cit.*

industrializados norte-americanos e adaptar-se para o esforço de guerra. Expressão destes intentos norte-americanos na industrialização brasileira neste tempos foram as missões de cooperação técnica e econômica que tiveram lugar durante os anos de guerra, no caso, a *Missão Taub* (1941) e a *Missão Cooke* (1942).

A Missão Taub (chefiada por Alex Taub) é apenas indiretamente citada na historiografia, principalmente por que as suas atividades no Brasil pouco foram divulgadas e poucos documentos são conhecidos de suas operações. Eugênio Gudín, de acordo com Malan *et al.*, teria tido acesso a relatórios produzidos por essa missão, onde se versava sobre os mais diversos temas econômicos, como transportes, indústrias, energia, etc. Suas recomendações implicavam em um programa de investimentos de dez anos que tinha como objetivo, em um primeiro momento, elevar a produção industrial brasileira ao dobro, que à época da Missão Taub era equivalente a apenas 2% da produção industrial norte-americana. Os investimentos totais chegariam a aproximadamente US\$ 4 bilhões de dólares, sendo destes, 1,8 bilhões em energia.<sup>48</sup> Apesar de pouco conhecidos, esses trabalhos da Missão Taub serviram como ponto de partida para os trabalhos futuros de cooperação técnica e econômica entre Brasil e Estados Unidos durante a guerra.

A Missão Cooke (chefiada por Morris Cooke) é enviada ao Brasil um ano depois para operar de forma articulada com a mencionada Coordenação de Mobilização Econômica; da parte norte-americana, a decisão do envio dessa Missão ao Brasil partiu do *Board of Economic Warfare (BEW)*, órgão responsável, como diz o nome, pela parte econômica do esforço de guerra dos Estados Unidos. Os objetivos da Missão Cooke consistiam em fazer um profundo levantamento de dados acerca da economia brasileira, realizar uma análise da dinâmica da nossa economia e sugerir medidas que resultassem em uma aceleração do crescimento econômico em geral e industrial em particular, e que se sustentasse no tempo. Os objetivos mais imediatos da Missão Cooke eram, como dito, desafogar as pressões por importações de industrializados pelo Brasil – liberando também praça marítima para o transporte de bens considerados mais essenciais para a guerra – e também promover ainda mais o alinhamento do Brasil com os Estados Unidos através de seu apoio a um programa de desenvolvimento econômico do país.

A Missão Cooke focou os seus esforços nas áreas de *energia e transporte*, encaradas em suas análises como problemáticas, já que as suas insuficiências se configurariam em *bloqueios* ao crescimento econômico que deveriam ser desobstruídos para que se pudesse promover o progresso material da nação. Esta grade de análise acerca do desenvolvimento econômico, em que noções

---

48 MALAN, *et al.*, p. 27, nota 29.; MCCAIN JR, Frank A *Aliança Brasil-Estados Unidos (1935/1945)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995, p. 297 *et seqs.* Importante lembrar que naquela conjuntura a grande maioria das empresas do setor elétrico eram de propriedade estrangeira e que existiam grandes interesses, especialmente da Standard Oil, em manter aberta a perspectiva de explorar o petróleo brasileiro, especialmente através da figura de Nelson Rockefeller.

como “pontos de estrangulamento” e “pontos de germinação” presidem as preocupações da análise, também será a dominante em experiências posteriores de cooperação econômica entre Brasil e Estados Unidos, como a *Missão Abbink* (em 1948) e a *Comissão Mista Brasil-Estados Unidos* (entre 1951 e 1953).<sup>49</sup>

Além da área de energia e transportes, a Missão Cooke abordou problemas ligados à saúde (estas em parceria com *OCIAA*<sup>50</sup>, chefiado por Nelson Rockefeller), educação (prevendo inclusive um extenso programa de traduções de obras norte-americanas para o português, como manuais e outras obras de referência), diversos ramos industriais, entre outras questões. A Missão Cooke também recomendou a criação de um órgão de planejamento industrial e de uma instituição financeira que pudesse oferecer crédito de longo prazo para os investimentos industriais demandados pelo programa da Missão; tal instituição teria seus recursos oriundos da subscrição de títulos por parte dos estados, do governo federal e dos institutos de pensão e aposentadoria. Também faz-se menção aos baixos salários e à baixa qualificação da força de trabalho brasileira, além dos problemas existentes na saúde pública. É importante lembrar que naquela conjuntura foram sendo liberados diversos créditos importantes através do Eximbank – como os já mencionados para a CSN e para a CVRD –; desta forma, a ação da Missão Cooke, diretamente conectada com diversos órgãos econômicos da sociedade política brasileira de então através da Coordenação de Mobilização Econômica, era também uma forma de acompanhar e tentar obter alguma ingerência na aplicação dos recursos emprestados pelo Eximbank.<sup>51</sup> Obviamente, o levantamento de informações acerca de minerais estratégicos, petróleo, entre outras questões, não estavam excluídas das operações da Missão Cooke.

De toda forma, se comparada com a conjuntura do pós-guerra, a Missão Cooke em particular e o governo norte-americano em geral, tiveram uma postura um tanto mais “generosa” e simpática a programas de desenvolvimento econômico, os apoiando financeiramente. Moura lembra que, apesar de todas as movimentações do governo brasileiro, durante o período que ele chamou de equidistância pragmática, no sentido de obter vantagens com as potências imperialistas, apenas quando de seu alinhamento definitivo – a partir de 1942, com sua entrada na guerra – as autoridades brasileiras conseguiram os maiores ganhos em termos de financiamento, tecnologia e apoio político.<sup>52</sup> Porém, após o fim do conflito, a emergência das preocupações norte-americanas na reconstrução européia e na contenção do Comunismo neste continente, fez que seu entusiasmo por

---

49 Transporte e Energia continuaram sendo apontadas como áreas prioritárias para investimentos visando o desenvolvimento econômico.

50 *Office of the Coordinator of Inter American Affairs*. Sobre esta importante agência norte-americana, na difusão mais incisivamente cultural sobre a sociedade brasileira nos de guerra, cf. TOTA., *op. cit.*

51 Até 1945, o Brasil foi o segundo maior recebedor de empréstimos do Eximbank, ficando atrás apenas da França. EXPORT-IMPORT BANK OF WASHINGTON, *op. cit.*

52 MOURA, *op. cit.*

programas de desenvolvimento econômico no Brasil se arrefecesse em relação ao período da guerra. De toda forma, os efeitos dessa experiência seriam de grande importância tanto para os Estados Unidos quanto para o Brasil nos anos posteriores. No caso dos Estados Unidos, entre outras razões, essas experiências contribuíram para formar um acúmulo para posteriores intervenções em programas de desenvolvimento econômico em outros países – como o próprio *Plano Marshall*, o *Programa do Ponto IV* (ambos sob o governo Truman) e, já nos anos 1960, a *Aliança para o Progresso* (sob o governo Kennedy).<sup>53</sup>

Outro acúmulo deste período é a associação das ações destes programas de desenvolvimento com ações de caráter cultural e intelectual, como foi a OCIAA chefiada por Nelson Rockefeller no Brasil. A partir desta agência, promoveu-se o intercâmbio de intelectuais, artistas, etc., vindo sob ao Brasil sob suas gestões Walt Disney<sup>54</sup>, Orson Welles, o historiador Stanley Stein, entre outros. Esta combinação entre elementos econômicos, políticos, intelectuais e culturais seria uma característica da praxe imperialista norte-americana no período de seu predomínio incontestado sobre o mundo capitalista, sendo a exportação do *american way of life* uma das formas mais importantes para a sua penetração em outras sociedades.<sup>55</sup>

Apesar da linha dominante com relação ao Brasil sofrer uma inflexão maior próximo do fim do conflito, vislumbrando-se já a reconstrução da Europa, ainda durante a guerra já existiam vozes discordantes no governo norte-americano no que tange ao apoio a programas de desenvolvimento como os da Missão Cooke; McCain destaca que certo membro do governo norte-americano (Walter Walmsey), ao se referir aos resultados da Missão Cooke, os classificou como “incursões no reino da fantasia”, mostrando a sua incompreensão das razões que levam tantos intelectuais norte-americanos a voltarem com “vagares tão imaginativos” do Brasil, já que eram, sob outros aspectos, pessoas com mentalidade normal.<sup>56</sup> Esta discordância é uma expressão de que existiam interesses divergentes no interior do próprio governo norte-americano – o que era bem comum no governo Roosevelt, através das numerosas agências por ele criadas durante sua gestão sob o período mais crítico do capitalismo norte-americano – e que, portanto, a própria linha política exterior do governo norte-americano está sujeita a oscilações e viradas de acordo com a mudança da correlação de forças internas.<sup>57</sup> Assim, esta linha mais “sedutora”, nos termos de Tota, do imperialismo pode ser,

---

53 Para uma abordagem que enfatiza a importância deste acúmulo e lamentando a não manutenção desta linha diplomática pelo governo norte-americano em relação ao Brasil, cf. MCCAIN JR., *op. cit.*

54 Que, inclusive, elaborou o símbolo da “cobra fumando” da *Força Expedicionária Brasileira (FEB)*.

55 Para visões distintas acerca desse processo de “americanização” do Brasil, cf. TOTA, *op. cit.*; MOURA, Gerson. *Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

56 MCCAIN JR., *op. cit.*, p. 303.

57 Anos mais tarde, quando da criação do Banco Mundial, tais diferenças de interesses ficaram mais nítidas: enquanto a grande banca de Wall Street era o principal elemento de pressão sobre o Banco Mundial – período em que boa parte de seus títulos eram negociados na Bolsa de Nova Iorque –, os exportadores de bens de capital mantinham uma posição privilegiada junto ao Eximbank. Sobre este tema cf.: PEREIRA, João Márcio. *O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 118 *et seqs.*; VIANNA,

não apenas um expediente circunscrito no tempo, mas uma outra linha de recursos políticos mobilizáveis quando da mudança na *correlação de forças externas* e também de quais interesses estão em jogo.

Do lado brasileiro a importância para os anos posteriores do período da guerra foram de muitos aspectos, como alguns mencionados anteriormente. Sublinhamos apenas que, em um momento de crise do regime do Estado Novo, a movimentação dos industriais e o espaço que conseguiram obter junto a essas agências econômicas estatais – além da própria experiência junto a agentes norte-americanos aqui sob as missões de cooperação –, contribuíram para o vislumbre do panorama econômico do pós-guerra e para a maior clareza dos projetos de desenvolvimento que melhor os atenderiam.

O aprofundamento do processo de industrialização, com o progressivo aumento da participação do capital estrangeiro norte-americano, era, sem dúvida, algo aceitável na mente dos industriais a muitos anos. Afinal, a defesa de medidas protecionistas, se por um lado protegem as indústrias instaladas no país (sejam elas de capitais locais ou estrangeiros), por outro representa um estímulo ao investimento direto de capital no país para poder gozar dos efeitos protecionista. As contradições deste modelo e que se tornariam críticas nos períodos posteriores, seriam os efeitos cambiais que acarretariam; em crises cambiais como a de 1947, de 1951-1952, na reforma cambial instaurada pelo Instrução 113 da SUMOC (em 1955) até a criação do Banco Central em dezembro de 1964<sup>58</sup>, a questão da *remessa de lucros e transferência de capitais* era sempre objeto de polêmica – dada a pressão que este modelo de industrialização atrelado em grande medida ao capital estrangeiro gera. Assim que o poder econômico desses capitais estrangeiros no Brasil, crescentemente associado ao capital brasileiro (especialmente a partir de 1955), se amplia, a disparidade entre esse poder econômico e sua expressão política leva de roldão tanto o esquema associativo empresarial constituído nos anos 1930 e 1940<sup>59</sup>, quanto, com o golpe de 1964, o próprio regime democrático.<sup>60</sup> Se por um lado, a queda do regime ditatorial de Vargas teve o apoio do governo norte-americano – evidenciado a partir do discurso do diplomata do Departamento de Estado Berle Jr. – e que o imperialismo norte-americano naquela conjuntura tenha avaliado que a forma democrática (mesmo que representando a volta à liberdade de organização das organizações

---

*op. cit.*, pp. 89-91; RIBEIRO, Thiago Reis Marques. “Das missões à comissão: ideologia e projeto desenvolvimentista nos trabalhos da “Missão Abbink” (1948) e da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1951-1953)”. Dissertação (Mestrado em História Social). Niterói: UFF, 2012, p. 102 *et seqs.*

58 Sobre as principais questões envolvidas no longo debate em torno da formação da reforma bancária que resultou no Banco Central e da organização política dos banqueiros – outro emergente grupo econômico envolvido na deposição do regime em 1964, cf. MINELLA, Ary. *Banqueiros: organização e poder político no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988.

59 Sendo mais relevante no trato com o Estado a partir de meados da década de 1950 as entidades setoriais como a ANFAVEA, ABDIB, entre outros. Cf. LEOPOLDI, *op. cit.*

60 DREIFUSS, René. *1964: A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1981.

de massa e de esquerda) era a que viria melhor ao encontro de seus interesses, o próprio desenvolvimento dos interesses econômicos norte-americanos e a associados aos brasileiros ao longo dos anos 1945-1964 (somados aos capitais europeus e japoneses após a recuperação dessas economias) gerou contradições políticas de tal ordem que a solução *autocrática* foi a adotada a partir do retorno do regime ditatorial em 1964 – obviamente, respondendo a uma outra correlação de forças em que o grande capital monopolista associado é a peça hegemônica. Tais contradições foram uma das expressões da associação entre um projeto econômico *desenvolvimentista* e a manutenção da sua subordinação ao *imperialismo*, uma das facetas da *longa Revolução Burguesa no Brasil*.<sup>61</sup>

## 5.

Ao longo deste trabalho, que, pela proposta de periodização apresentada por Renato Lemos<sup>62</sup>, foca-se no segmento da *média duração da contra-revolução preventiva brasileira* situada entre a “Revolução” de 1930 e a Segunda Guerra Mundial, procuramos dar conta de alguns aspectos da autonomia relativa do Estado capitalista brasileiro sob o regime bonapartista de Vargas, tocantes às suas agências econômicas. O que queremos destacar é que, não sendo os fatores políticos “exógenos” à dinâmica econômica, esta situação crítica na correlação de forças – especialmente entre as frações dominantes – e seus efeitos autonomizantes sobre a esfera estatal *stricto sensu* não deixaria de se expressar nos órgãos econômicos e nas principais decisões em termos de política econômica. Na verdade, a própria crescente assunção de funções econômicas por parte do moderno Estado capitalista, processo em curso naquele momento no Estado brasileiro, se expressa através de uma certa *rigidez relativa* ao longo do tempo, já que essas funções são exercidas através de agências diretamente inscritas na ossatura material do aparato econômico do estado, transcendendo, portanto, diferentes governos.<sup>63</sup> Desta forma, entendemos que a autonomia relativa da ação estatal durante este período deve ser apreendida levando em conta a articulação entre a correlação de forças políticas – sem a hegemonia definida a favor de nenhuma das frações dominantes – naquele momento (expressando-se na forma bonapartista do regime, de acordo com a proposta de interpretação de Demier) com a própria ação do Estado na quebra dos antigos automatismos da economia brasileira em favor da acumulação baseada no setor urbano-industrial – nos marcos propostos por Oliveira – na conjuntura crítica do capitalismo mundial da Grande Depressão até a Segunda Guerra.

---

61 FERNANDES, *op. cit.*

62 LEMOS, Renato. “Regime político no Brasil pós-64 - uma proposta de periodização”. In: *XXVI Simpósio Nacional de História da ANPUH*. São Paulo: ANPUH, 2011.

63 Tais reflexões são desenvolvidas por Nicos Poulantzas em sua obra derradeira, especialmente na parte em que trata do aparelho econômico do Estado capitalista. POULANTZAS, *op. cit.*

As *pressões* exercidas em favor da industrialização brasileira pelo Estado durante este período encontravam seus *limites* no contexto *imperialista* de então, que representa a passagem de uma forma de imperialismo (representado, no Brasil, pelos conflitos comerciais e políticos entre Alemanha e Estados Unidos) para outra, em que a liderança dos Estados Unidos sobre o mundo capitalista era incontestável – sendo opositor principal neste momento o bloco comunista. Portanto, o crítico período que culmina na Segunda Guerra Mundial, as pressões inter-imperialistas com as quais o governo teve que lidar (que, se por um lado abre possibilidades de barganha, por outro contribuía para para o aguçamento dessas pressões), também são fatores que devem ser levados em consideração para o entendimento da autonomia relativa assumida pelo Estado brasileiro naqueles anos. Além disso, existem centralizações na esfera da tomada de decisões e de ação do Estado que são próprias de períodos de conflagração bélica direta – o que era o caso no início da década de 1940. Em outras palavras, a *dependência ao imperialismo* – um dos pólos da *dupla articulação* a que se refere Florestan Fernandes<sup>64</sup> – é mais um elemento em se levar em consideração na avaliação da correlação de forças e das possibilidades de desenvolvimento econômico em termos capitalistas.

Uma indefinição na correlação de forças entre as frações e classes sociais não significa que este processo seja *estático*; na verdade, mesmo o governo ainda agindo de forma arbitral e com certa autonomia, o processo da luta de classes é *dinâmico*, o que implica em poder avaliar que determinadas frações saíram enfraquecidas enquanto outras saíram mais fortalecidas. Neste sentido, cremos que os *industriais*, sob diversos aspectos, saem mais fortalecidos da ditadura Vargas do que outros setores da classe dominante – haja a vista o *confisco cambial* que se realizava em favor dos industriais (através de taxas de câmbio subsidiadas) e às custas dos exportadores, entre outros exemplos. Tanto o seu poder econômico se expandiu durante esses anos quanto as suas formas de associatividade amadureceram, o que permitiu manter canais de pressão nas agências econômicas estatais.

Obviamente, este processo teve indas e vindas (como atesta a conquista na questão tarifária em 1934 e a derrota na questão do Acordo Comercial Brasil-Estados Unidos em 1935); os anos da guerra e das experiências de colaboração intensa no interior das agências estatais por causa dos esforços de coordenação econômica e de cooperação com intelectuais norte-americanos contribuiu para que na agenda desenvolvimentista dos industriais a colaboração com capitais estrangeiros que quisessem participar com investimentos diretos em projetos de industrialização

---

64 De acordo como este autor, o desenvolvimento do capitalismo brasileiro e da emergência do poder burguês no Brasil se deu condicionado por uma dupla articulação: no plano *externo*, o desenvolvimento capitalista brasileiro se dá em íntima articulação com o imperialismo, aprofundando ainda mais a dependência ao invés de amenizá-la; no plano *interno*, este mesmo desenvolvimento capitalista assume uma intrínseca articulação com as formas econômicas e sociais as mais arcaicas. A expressão política desta forma de desenvolvimento e ascensão do poder burguês foi sempre das mais reativas e contra-revolucionárias, limitando de forma recorrente a expressão política das massas. FERNANDES, *op. cit.*

fossem ainda mais bem-vindos. Portanto, a associação com capitais estrangeiros é um ponto desta agenda de desenvolvimento construída pelos industriais desde então. Portanto, o próprio avanço do processo de penetração do capital estrangeiro na produção industrial e sua crescente associação com o capital nacional pode ser encarada como uma forma das frações industriais ampliarem o seu poder econômico e também como expressão do sucesso daqueles industriais brasileiros que apostaram na via da associação como forma de expandir seus negócios.

Este foi o *desenvolvimentismo realmente existente*<sup>65</sup> e defendido pela burguesia industrial brasileira que, ao invés de basear-se em um programa de desenvolvimento com apoio popular, se apoia no imperialismo externo e nos capitais monopolistas como via de desenvolvimento, levando àquilo que Floresta Fernandes chamou de *imperialismo total*<sup>66</sup>. O desenvolvimentismo, enquanto ideologia e projeto das classes dominantes industriais e de seus intelectuais orgânicos<sup>67</sup>, foi a expressão ideológica e programática de nossa *revolução passiva*, cuja repulsa à mobilização popular assume a forma *contra-revolucionária e preventiva* quando da coexistência histórica da revolução proletária e do imperialismo. Assim, a tarefa de construir o capitalismo industrial nos termos do desenvolvimento desigual e combinado, expressando-se na dupla articulação a que se refere Florestan Fernandes, juntamente com a de prevenir uma revolução popular, deram as cores da nossa longa revolução burguesa e do desenvolvimento capitalista autocrático de nossa sociedade.

---

65 Florestan Fernandes se refere como “desenvolvimentismo terrorista”. FERNANDES, *op. cit.*, p. 402.

66 *Ibid.*, p. 320. Este processo corresponde à ampliação dos investimentos diretos estrangeiros e a instalação de plantas industriais pelas grandes empresas monopolistas na economia brasileira.

67 No sentido conferido por Gramsci. GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere, volume 2: Os intelectuais. O princípio educativo*. Jornalismo. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.